



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 136, DE 2022

Susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 2022

Susta os efeitos da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que *estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.*



SF/22567.98871-98

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, que *estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.*

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 49, inciso V, da Constituição Federal estabelece que é competência exclusiva do Congresso Nacional *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.*

Conforme denúncia que chegou ao nosso conhecimento, a Portaria Interministerial nº 424, de 2016, subscrita pelos então Ministros da Fazenda, da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, tem tido como consequência

prática a necessidade de se pedir autorização à Caixa Econômica Federal (CEF) para que obras paralisadas a mais de 180 dias sejam retomadas.

Esse exigência não encontra respaldo nas normas legais que disciplinam a matéria, como o Capítulo V da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) e a Subseção I da Seção II do Capítulo V da Lei de Diretrizes Orçamentárias (presentemente, Lei nº 14.194, de 2021). A Portaria MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, que disciplinava essa matéria até ser revogada pela portaria ora tratada, por exemplo, não fixava prazo similar. A norma em vigor, portanto, exorbita o poder regulamentador do Poder Executivo e deve ser sustada.

Em face do exposto, conto com o apoio dos meus Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



SF/22567.9871-98

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art49_cpt_inc5
- Decreto nº 6.170, de 25 de Julho de 2007 - DEC-6170-2007-07-25 - 6170/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2007;6170>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>
- Lei nº 14.194 de 20/08/2021 - LEI-14194-2021-08-20 - 14194/21
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2021;14194>